

SÍNTESE TRIBUTÁRIA



PRINCIPAIS JULGAMENTOS

1. STF suspende julgamento sobre a inclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS

A sessão de julgamento reiniciada em 28/08/2024 foi suspensa, restando pendentes o voto do Ministro Fux, bem como a confirmação dos votos proferidos anteriormente no Plenário Virtual. Com o voto do Ministro André Mendonça pela exclusão do ISS da base das contribuições, a expectativa é que se forme placar favorável aos contribuintes, bem como se esclareça o efetivo alcance da modulação proposta pelo Ministro.

RE 592.616 (Tema 118)

2. CARF analisa segregação de atividades em planejamento tributário

O CARF analisou situação na qual um grupo econômico segregou suas atividades entre empresas de diferentes regimes de apuração (lucro real e presumido). O contribuinte foi autuado, sob a alegação de simulação e planejamento tributário abusivo. No entanto, o CARF entendeu que o Fisco não teria comprovado as ilicitudes apontadas e concluiu que havia propósito comercial na segregação, especialmente à luz da documentação apresentada pelo contribuinte.

Ac. 1101-001.353



NOVIDADES LEGISLATIVAS

Lei 14.932/2024 impacta base de cálculo do ITR

A Lei retirou expressamente o caráter obrigatório da utilização do Ato Declaratório Ambiental (ADA) para efeito de redução do valor do ITR, anteriormente previsto na Leis nº 6.938/1981 nº 12.651/2012. Assim, não pode mais a RFB, seja com apoio na legislação ou em instruções normativas por ela expedidas, exigir o “ADA” e sua averbação no Cartório de Registro de Imóveis como condição para não-incidência de ITR.

PL 3.394/2024 propõe aumento da CSLL e elevação da tributação sobre o JCP

O PL enviado recentemente ao Congresso Nacional, caso aprovado, segundo o Executivo, geraria aumento de arrecadação de quase R\$ 21 bilhões em 2025 e de 6,34 bilhões em 2026. Tal proposta é discutida como compensação à manutenção da desoneração da folha. O PL tramita na Câmara dos Deputados sob o regime de urgência constitucional e sua relatoria ainda não foi designada.

Câmara aprovou texto-base do PLP 108/24

Dentre as novidades, o texto sofreu mudança impactando as regras de cobrança de ITCMD e ITBI, impostos de competência estadual. Com relação ao último, em vez de obrigatório, se tornou opcional o pagamento do imposto no momento da formalização da compra e venda de imóvel. Com relação ao ITCMD, permanecem isentos os valores aportados em planos VGBL com prazo superior a cinco anos.



O QUE VEM POR AÍ

STF julgará se incide PIS e COFINS sobre reservas técnicas de seguradoras

O STF, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional e, agora, decidirá se incidem PIS e COFINS sobre as receitas financeiras da reserva técnica das seguradoras.

STJ julgará incidência de PIS e COFINS sobre a CPRB

A 1ª Seção do STJ, por unanimidade, decidiu afetar à sistemática dos recursos repetitivos (Tema Repetitivo nº 1.276) questão relativa à possibilidade de exclusão da base de cálculo das contribuições sociais ao PIS/COFINS o montante da CPRB.

Ministério da Fazenda institui novo Programa de Transação Integral (PTI)

Em suma, foram criadas duas modalidades de negociação que poderão ser acessadas pelos contribuintes interessados (i) a de Potencial Razoável de Recuperação de Crédito Judicializado (“PRJ”); e (ii) de contencioso relevante e disseminada controvérsia jurídica e de alto impacto econômico, com a indicação de 17 temas passíveis de transação.



São Paulo | SP

**Rua Alves Guimarães, 1120 – 1º andar
Pinheiros
05410-002**

www.lavezcoutinho.com.br

**lavezc
coutinho** 